“PRÊMIO LUIZ ALVES FERREIRA, LUIZÃO, DE PROMOÇÃO À DIVERSIDADE E COMBATE À DISCRIMINAÇÃO”

CATEGORIA DO PRÊMIO: Público Interno

Autor: Alexandre Antônio José de Mesquita
Setor: Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão
Cargo: Magistrado
RG: 2566955 SSP/PA
E-mail institucional: ajmesquita@tjma.jus.br
Telefone: (91) 98412.3333
Colaboradora: Caroline Buhaten Dias Vieira

Informações da Prática

1. **Título da prática**: Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência

2. **Síntese da ação**:

A semana de valorização da pessoa com deficiência, promovida pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal de Justiça do Estado, tem por finalidade a promoção de direitos humanos das pessoas com deficiência dentro do Poder Judiciário. O trabalho de conscientização é feito através de palestras sobre direitos e garantias fundamentais do grupo vulnerável com diversidade funcional, acesso à justiça de maneira acessível, acessibilidade às pessoas com deficiência, rompimento de barreiras atitudinais, entre outras questões jurídicas e sociais relevantes, visando alcançar uma consciência coletiva e institucional sobre o tema, evitando-se o capacitismo, práticas nocivas e outras formas de discriminação.

A semana de valorização se fundamenta na Convenção de Direitos Humanos das Pessoa com Deficiência, Lei Brasileira de Inclusão, Resolução nº. 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça e na Agenda 2030 da ONU. Os instrumentos normativos versam sobre o desenvolvimento de diretrizes em todas as dimensões de acessibilidade e inclusão de pessoa com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e seus serviços auxiliares, visando até 2030, instituições mais eficazes e inclusivas.

Vale ressaltar ainda, que através da Agenda 2030 da ONU, o Poder Judiciário institucionalizou os objetivos de desenvolvimento sustentável, incorporando-a as suas metas nacionais (meta nº 09); e dentre eles encontramos o objetivo em *promover sociedades pacíficas e* ***inclusivas*** *para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis*.

O objetivo pretendido com o projeto, como já descrito, é o de promover a conscientização institucional sobre a capacidade, méritos e habilidades das pessoas com deficiência, especialmente a sua função social, contribuição institucional e ao mercado laboral; o respeito aos direitos fundamentais e normas de direitos humanos às pessoas com deficiência, meios e instrumentos de acesso acessível à justiça, visando a erradicação de preceitos e práticas segregacionistas e discriminatórias, tudo através de palestras de sensibilização, arte, trabalho educativo, reuniões e cursos.

Finalmente vale ressaltar que a semana de valorização da pessoa com deficiência aborda temáticas de direitos humanos e inclusão das pessoas com deficiência, a fim de alcançar o cumprimento dos atos regedores da espécie normativa que se encontram em consonância com as diretrizes da Comissão de Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência do TJMA e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, cumprindo o compromisso do Poder Judiciário Brasileiro celebrado entre o CNJ e ONU em 2019, além de tratado internacional e da Lei Brasileira de Inclusão.

3. Descrição da prática e período de realização

A semana de valorização da pessoa com deficiência é anual e sempre é realizada no segundo semestre de cada ano. Todos os anos são escolhidos pela Comissão um tema específico que será abordado durante toda a semana. Em 2021 o tema da semana de valorização da pessoa com deficiência foi “Direitos Humanos e Pessoas com Deficiência”. Em 2022 o tema foi sobre “Violência contra Pessoa com Deficiência” e, em 2023, o tema abordará as formas de “Inclusão Institucional”.

A semana se inicia com um seminário de dois dias com os temas jurídicos propostos pela Comissão vinculado ao tema. Na abertura do seminário temos palestra de um jurista de renome nacional e, o segundo dia de seminário, é composto por três palestras de magistrados do próprio Tribunal de Justiça do Maranhão ou por outras autoridades envolvidas com o tema específico proposto pela Comissão. Todos pesquisadores locais.

Vale ressaltar que durante os outros dias da semana são realizadas reuniões com servidores com deficiência, gestores do Tribunal, além de reunião com Associações. As reuniões têm por finalidade orientar a Comissão sobre a necessidade e dificuldade dos servidores no ambiente de trabalho e para elaboração das políticas institucionais inclusivas para o ano seguinte, eis que não existe inclusão sem a participação direta das PCD, tanto na fase de elaboração das políticas públicas, como na fase de execução.

Durante a semana ainda são oferecidos cursos de capacitação para servidores, colaboradores e magistrados sobre o tema, bem como são realizadas exposições de artes e arrecadação de cestas básicas que são doadas para entendidas de pessoas com diversidade funcional.

4. Principais objetivos e público-alvo

Nos termos da Resolução nº. 401/2021, a realização do projeto tem por objetivo promover o debate sobre aos direitos fundamentais e normas de direitos humanos sobre pessoas com deficiência, como acesso acessível à justiça contra qualquer forma de discriminação ou violência, visando a erradicação de preceitos e práticas segregacionistas, discriminatórias e atitudinais, promovendo sociedades e instituições mais inclusivas e sustentáveis.

1. Assegurar o respeito aos direitos fundamentais das pessoas com deficiência, mediante uma cultura institucional inclusiva, acessível, com a garantia de acesso à justiça de forma plena e contra qualquer tipo de barreira atitudinal, preconceito, violência, segregação ou capacitismo.
2. Promover o debate jurídico, técnico, social e científico nas perspectivas dos eixos de atuação da Comissão do TJMA na promoção de Direitos Humanos e da política institucional de inclusão e acessibilidade da pessoa com deficiência, a partir das contribuições do sistema de justiça e da sociedade civil organizada;
3. Promover a conscientização coletiva visando o necessário respeito às pessoas com deficiência, com erradicação de preconceitos e práticas capacitistas e discriminatórias;
4. Estimular a criação de um ambiente de trabalho que garanta a segurança, a saúde e o bem-estar físico e psicológico de magistrados, servidores, estagiários, terceirizados e jurisdicionados, que pertençam aos grupos historicamente discriminados;
5. Estabelecer diálogo permanente com movimentos sociais organizados que tratem de temáticas relacionadas a pessoas com deficiência, visando a atualização constante quanto às suas demandas;
6. Estimular o processo e julgamento de feitos em que são partes pessoas com deficiência.

O projeto visa como público-alvo, especialmente, Magistrados, servidores e colaboradores do Judiciário. Porém, alcança ainda público externo como professores, profissionais das carreiras jurídicas, estudantes de Direito, representantes de instituições públicas e privadas com atuação na temática de Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência, além dos jurisdicionados e demais interessados da comunidade em geral.

5. Metodologia

A partir das normas de regência sobre o tema (Resolução 401 do CNJ, Lei Brasileira de Inclusão e Convenção sobre Pessoas com Deficiência), bem como da nova política institucional do Poder Judiciário, especialmente do próprio Tribunal de Justiça, buscamos entender, através de reuniões com servidores com deficiência e associações, OAB e colaboradores, suas necessidades e dificuldades no local de trabalho, bem como o que deveríamos trabalhar, internamente, como prioridade na construção de uma nova política institucional sobre pessoa com deficiência.

A partir da oitiva de todos os interessados, concluímos pela necessidade de mudança de consciência coletiva e de postura e atitude, com o objetivo de alcançar acessibilidade atitudinal dentro da instituição, eis que passamos a entender como sendo o maior obstáculo para uma instituição inclusiva.

Portanto, a semana de valorização serve como instrumento de construção de conhecimento jurídico e social através de palestras e cursos de capacitação para servidores e magistrados, com aquisição de repertório histórico-cultural sobre o tema pessoa com diversidade funcional, visando o combate ao capacitismo.

6. Agentes que concretizaram as medidas e suas respectivas atuações

A semana de valorização da pessoa com deficiência teve como agentes os próprios membros do Comitê que, juntamente com os servidores da ESMAM, trabalharam na realização de todos os eventos da semana, além de autoridades convidados para palestra e artistas locais e colaboradores.

7. Recursos e instrumentos utilizados

A semana de valorização da pessoa com deficiência não utilizou recursos financeiros, eis que todo o trabalho desenvolvido foi em parcerias com outras instituições, pesquisadores e artistas locais envolvidos.
Todo as cestas arrecadadas foram através de doações de servidores, magistrados e colaboradores.
A semana de valorização se utilizou, para concretização dos seus objetivos, os instrumentos virtuais colocados a disposição da Comissão, como as salas de videoconferência para reuniões e palestras, além dos cursos de capacitação.

8. Desafios encontrados

Os desafios encontrados foi a baixa adesão dos servidores e magistrados no primeiro ano nas palestras e reuniões que tratarmos sobre o tema, inclusive dos próprios servidores e magistrados com deficiência.
Vale ressaltar que, outro desafio encontrado foi criar um projeto de inclusão em meio a pandemia de covid-19. Um projeto de inclusão, que tem como objetivo a mudança de política institucional de integração por meio virtual.

No entanto, no ano de 2022, a participação dos servidores, colaboradores e magistrados, aumentou na semana de valorização, além de adesão do público externo de outras instituições, inclusive de outros Estados.

9. Resultados obtidos

Em 2021 tivemos como resultado o reconhecimento do Conselho Nacional de Justiça com o alcance das metas exigidas e, internamente, uma mudança de postura dentro do Poder Judiciário, especialmente de gestores.
Os servidores e magistrados com deficiência ou com filhos com deficiência, passaram a procurar a Comissão como órgão de proteção de seus direitos.
Vale ressaltar ainda que, a semana de valorização acabou por ter, já no seu segundo ano, alcance em âmbito nacional, com destaque da publicação no sítio do CNJ e da entrevista ao vivo na Canal da TV Justiça, além de outros sítio, de outras instituições por todo o país.

10. Informação sobre parcerias com outras instituições ou entidades

A Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão de Pessoa com Deficiência tem como principal parceiro a Escola Superior da Magistratura – ESMAM, nos viabilizando os instrumentos necessários para os seminários e reuniões.

11. Anexos

https://youtu.be/AMvRlxO9bz0
https://www.youtube.com/live/OIneOX2KHcU?feature=share

https://site.mppr.mp.br/idoso-pcd/Noticia/TJMA-promove-II-Seminario-Estadual-sobre-Direitos-Humanos-das-Pessoas-com

https://www.cnj.jus.br/tribunal-do-maranhao-promove-semana-de-valorizacao-da-pessoa-com-deficiencia/

https://www.anoreg.org.br/site/tjma-vai-reunir-se-com-entidades-e-associacoes-de-defesa-de-pessoas-com-deficiencia/

https://www.tabelionatodetucunduva.com.br/noticias/2023?page=89

https://www.tabelionatocatuipe.com.br/noticias/2022/tribunal-do-maranhao-promove-semana-de-valorizacao-da-pessoa-com-deficiencia?page=2

https://www.tjma.jus.br/midia/tj/noticia/508436/tjma-promove-semana-de-valorizacao-da-pessoa-com-deficiencia